



Conselho das Comunidades Portuguesas

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP**, realizada *on-line* pelo aplicativo ZOOM, a 24 de abril de 2021, com início às 14h00 de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: **1)** Aprovação da Ata da reunião de 20/03; **2)** Reunião com a DGES: Equivalências e diplomas do ensino superior; **3)** Proposta orçamentária ao futuro CCP – 2022 (debate inicial); **4)** GT Memória do CCP (relatório e necessidades); **5)** GT melhorias na participação eleitoral (relatório inicial); **6)** Programação para a reunião em Lisboa – Junho; **7)** Assuntos Gerais. Presentes os Conselheiros titulares Flávio Martins, Amadeu Batel, Manuel Coelho, Ângelo Horta, Lígia Fernandes, Maria de Lurdes Almeida, Rita Santos, Pedro Rupio e António Cunha. Justificaram ausência os Conselheiros Paulo Marques e Daniel Loureiro, este substituído por seu suplente, o Cons. Paulo Martins. Como convidados e em representação das Comissões Temáticas os Conselheiros Fernando Campos Topa, António Freitas, Sérgio Tavares, Vasco Abreu e José Duarte Alves. A reunião iniciou-se com o Cons. Flávio Martins a agradecer a presença de todos e com a aprovação sem alterações da ordem de trabalho. Passando-se de imediato ao ponto **1)** Aprovação da Ata da reunião de 20/03, sendo a mesma aprovada sem retificações e será circulada por todos os Conselheiros do CCP. No ponto **2)** Reunião com a DGES ocorrida a 12 de abril. Nela trataram-se de dois temas: 1) vagas no ensino superior em Portugal para emigrantes e lusodescendentes; e 2) equivalências/reconhecimento de formação superior obtida no estrangeiro. Nessa reunião, estiveram a Dr. Ângela Noiva (Diretora-Geral Adjunta da DGES) e as Sras. Mafalda Costa Macedo e Ana Mateus, cada uma responsável por um dos temas abordados. Quanto ao tema 1) Vagas no ensino superior em Portugal para emigrantes e lusodescendentes, a Sra. Mafalda Costa Macedo informou que há dois tipos de acesso. O primeiro trata do contingente especial para emigrantes e filhos no ensino superior público português, com a reserva de 7% dessas vagas e que pouco é preenchido. Esse acesso tem candidatura online, realizada junto às



*Conselho das Comunidades Portuguesas*

Embaixadas (via Consulados Gerais), a partir de Regulamento anual e que, para 2021 (a ser publicado em junho), há estudos para se alargar essa possibilidade a luso-descendentes também. Mencionou, ainda, que haverá necessidade de equivalência do ensino secundário 1 realizado no país de acolhimento mas que há mecanismos de substituição a partir de protocolos de cooperação com alguns países que aplicam exames de ingresso no ensino superior (portanto variável conforme o país de acolhimento). O segundo tipo de acesso decorre do Estatuto de estudante internacional (cujo diploma é de 2014) mas, quanto a este acesso mencionamos que foge ao escopo das atribuições do CCP, mas registamos uma questão negativa que é a demora na obtenção (concessão) do visto temporário de estudante. Quanto ao tema 2) Equivalências/reconhecimento de formação superior obtida no estrangeiro, a Sra. Ana Mateus informou que esse procedimento está regulamentado pelo Dec. Lei 66/2018 (v. Art. 25) e pelas Portarias 33/2019 e 43/2020 e que não se deve confundir o reconhecimento acadêmico com o reconhecimento profissional que é atribuição exclusiva das Ordens profissionais. Informou, ainda, que há 3 (três) tipos de reconhecimento acadêmico. Todos são apresentados em plataforma eletrônica da DGES e mais informações poderão ser obtidas no sítio da DGES. Há as seguintes modalidades:

- . o automático (especificamente para títulos de mestrado ou de doutoramento), que demora em torno de 30 dias e que fundamenta-se em acordos que Portugal tem com mais de 40 países (verificar listagem no sítio informado);
- o de nível, que demora 90 dias;
- e o específico, que também demora 90 dias, sendo este o requisitado pelas ordens profissionais.

Após essas informações, os Conselheiros do CCP agradeceram pelo diálogo e fizeram o convite para que, 1 Regulamento pela DGE e não pela DGES. Os conselheiros solicitaram ainda nova conversa aquando da reunião das Comissões Temáticas em Lisboa, o que foi aceite. Ponderaram ainda que, infelizmente, há um problema com a informação (ou a falta de informação clara e universal) dessas possibilidades



*Conselho das Comunidades Portuguesas*

para as Comunidades e que nosso sítio ([www.conselhodascomunidades.pt](http://www.conselhodascomunidades.pt)) está disponível para ajudar nessa veiculação. Os Conselheiros do CCP comprometeram-se em fazer uma análise acerca do Decreto Lei 66/2018 e do futuro Regulamento a ser publicitado em junho/2021 quanto ao contingente especial para emigrantes e filhos, pois pretendem contribuir com a melhoria desses processos. Uma Ata dessa reunião será circulada a todos os Conselhos Regionais e Comissões Temáticas, para ampla ciência. Passando-se ao ponto 3) Proposta orçamentária ao futuro CCP – 2022 (debate inicial), foi apresentado um documento elaborado pelos Conselheiros Paulo Martins e Amadeu Batel e que objetiva termos uma proposta orçamentária que tenha melhor e mais pormenorizada justificação para cada atividade, inclusive algumas que referem-se à autonomia do CCP. Após a apresentação por ambos e as intervenções de todos os presentes, ficou definido que qualquer verba a ser proposta e atribuída futuramente não poderá contemplar sua utilização para o Plenário, cuja verba deverá ser adjudicada pelo Governo diretamente. Foi então aprovada por unanimidade a seguinte proposta que esse documento será circulado por todos os Conselhos Regionais e Comissões Temáticas e ser devolvido até 13 de maio ao CPCCP com as contribuições por escrito e será novamente debatido na próxima reunião online e finalizado, aprovado e publicitado na reunião em Lisboa. Seguiu-se para o ponto 4) GT Memórias do CCP no qual o Cons. Pedro Rupio informou que muita informação digitalizada foi recebida e houve uma seleção de material que já faz parte do site [www.conselhodascomunidades.pt](http://www.conselhodascomunidades.pt), incluindo entrevistas e toda a regulamentação. Após algumas intervenções o Cons. Flávio Martins disse que deveremos propor a transformação de todo esse material em um livro para deixar registada a história do CCP e propôs, também, uma Moção de Agradecimento e Reconhecimento pelo trabalho realizado pelos integrantes do GT. Em votação foi aprovada por unanimidade; o texto dessa Moção será enviado a todo o CCP nos próximos dias e inserido no sítio do CCP. Passou-se,



*Conselho das Comunidades Portuguesas*

então, ao ponto 5) GT “Melhorias na participação eleitoral nas Comunidades” (relatório inicial), cujo documento foi apresentado pelos Conselheiros Amadeu Batel, Sérgio Tavares e Paulo Martins. Ainda entrevistaram diversos Conselheiros e Conselheiras que apresentaram contribuições e questionamentos, tudo devidamente respondido pelo GT. Assim como foi feito no ponto 3, aprovou-se por unanimidade que o documento elaborado pelo GT será circulado por todos os Conselhos Regionais e Comissões Temáticas e ser devolvido até 13 de maio ao CPCCP com as contribuições por escrito e será novamente debatido na próxima reunião online e finalizado, aprovado e publicitado na reunião em Lisboa. Passando-se ao ponto 6) Programação para a reunião em Lisboa em Junho, foi deliberado e definido que, por razões decorrentes das restrições impostas pelo enfrentamento à pandemia, as Comissões Temáticas realizar-se-ão após a reunião do CPCCP, sendo esta na segunda quinzena de junho e aquelas durante a primeira quinzena de julho. Foi também apresentado, pela mesa diretora do CPCCP, um esboço, com a previsão de temas, de convidados e que um último dia extra (4º dia) será dedicado, exclusivamente, a se celebrar os 40 anos do Conselho das Comunidades Portuguesas e a apresentação do material recolhido e produzido pelo GT Memória do CCP. Após votação, foi aprovado iniciarem-se imediatamente as tratativas para a organização e a realização dessa que será a última reunião do CPCCP neste mandato. Finalmente no ponto 7) Assuntos Gerais, o Cons. Flávio Martins informou que recebeu várias comunicações, como do SEDES para participar de reunião, a qual aceitou e participou; recebeu também ofício do Conselho da Diáspora Açoreana, para o CCP indigitar dois nomes (titular e suplente) para o CDA. Neste momento indica os nomes de dois Conselheiros de origem no arquipélago açoreano, o Cons. Nelson Ponta-Garca, para titular, e o Cons. João Luiz Pacheco, para suplente. Em votação ambos foram aprovados pelos presentes. Ficou ainda decidido que as próximas reuniões online ocorrerão nos dias 15 de maio e 10 de julho, ambas agendadas para as



*Conselho das Comunidades Portuguesas*

14h00 de Lisboa. Foi ainda dito que a eleição para o próximo mandato, conforme havia sido pedido em carta à SECP assinada por 62 dos 65 integrantes do CCP, quase que certamente ocorrerá em novembro mas essa decisão ainda não foi oficialmente tomada pela Dr. Berta Nunes; precisamos aguardar e agradecer pela sensibilidade em voltar atrás e definir uma data que possa promover uma melhor participação das Comunidades. Após diversas manifestações de Conselheiros e Conselheiras e nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada pela 17h30 (hora de Lisboa), mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário, na forma do Regulamento deste Conselho Permanente do CCP.

*João Almeida*

*Berta Nunes*